

RECURSO ESPECIAL Nº 1.752.342 - CE (2018/0166356-1)

RELATOR : MINISTRO GURGEL DE FARIA
RECORRENTE : ESTADO DO CEARÁ
PROCURADOR : JOÃO RENATO BANHOS CORDEIRO E OUTRO(S) - CE016941
RECORRIDO : MATEUS SALES FERNANDES
ADVOGADO : MATEUS SALES FERNANDES (EM CAUSA PRÓPRIA) E OUTROS - CE026005

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto pelo ESTADO DO CEARÁ, com fulcro nas alíneas “a” e “c” do permissivo constitucional, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará assim ementado (e-STJ fls. 84/85):

APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. COBRANÇA DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. GREVE DA DEFENSORIA PÚBLICA. DEFENSOR DATIVO NOMEADO POR CONCILIADOR. AUDIÊNCIA INAUGURAL. POSSIBILIDADE. MEDIDA EFETUADA SOB A ORIENTAÇÃO DO JUIZ E POSTERIORMENTE POR ELE RATIFICADA. INSTRUMENTALIDADE DAS FORMAS. DESNECESSIDADE DE PARTICIPAÇÃO DO ESTADO NA AÇÃO PENAL ORIGINÁRIA QUE FIXOU A VERBA HONORÁRIA. PRECEDENTES. REEXAME DO VALOR ARBITRADO. IMPOSSIBILIDADE NESTES EMBARGOS À EXECUÇÃO, EM RESPEITO À COISA JULGADA. APELAÇÃO CONHECIDA E IMPROVIDA. SENTENÇA MANTIDA.

1 - Conquanto o conciliador nos juizados especiais criminais não possua poder decisório, a indicação do advogado dativo, para fins de evitar eventual nulidade, foi feita sob a supervisão do magistrado de primeiro grau e prontamente por este ratificada (fls. 07), aproveitando e validando o referido ato processual, em nítida aplicação do princípio da instrumentalidade das formas.

2. Não há, portanto, qualquer prejuízo para o Estado do Ceará, considerando que seria medida igualmente e necessariamente adotada pelo juiz monocrático.

3. Por outro lado, não se pode causar prejuízo ao profissional que efetivamente prestou o serviço para o qual fora nomeado, negando-lhe o recebimento aos respectivos honorários, na forma do artigo 22, § 1.º, do Estatuto da OAB.

4. É pacífica a orientação jurisprudencial no sentido de que é desnecessária a participação do ente público na ação originária, cuja sentença fixa honorários ao advogado dativo nomeado.

5. Em respeito à coisa julgada, não é cabível, nestes autos de embargos à execução, o reexame do valor arbitrado a título de honorários advocatícios pelo magistrado de primeiro grau na sentença penal condenatória transitada em julgado.

6. Apelo conhecido e improvido. Sentença mantida.

Nas suas razões, a parte recorrente aponta, além de divergência jurisprudencial, violação dos seguintes dispositivos legais:

(I) do art. 263 do Código de Processo Penal, do art. 73 da Lei 9.099/1995, do art. 2º, "a" e "b", da Lei 4.717/65 e dos arts. 104, I e III e 166, I e IV, do Código Civil e

sustenta que o defensor dativo não pode ser nomeado pelo conciliador, de forma que deve ser reconhecida a nulidade da execução (e-STJ fl. 92);

(II) do art. 265, § 1º, do Código de Processo Penal e argumenta que não era caso de nomeação de defensor dativo, pois a Defensoria informou com antecedência a impossibilidade de realização do ato processual (e-STJ fl. 91);

(III) dos arts. 475-N, 741, V, e 745, III e V, do CPC/1973 e aponta a necessidade de discussão do valor arbitrado a título de honorários advocatícios.

Sem contrarrazões.

Juízo positivo de admissibilidade pelo Tribunal *a quo* (e-STJ fls. 107/109).

Passo a decidir.

Inicialmente, cumpre destacar que "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas até então pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça" (Enunciado Administrativo 2 do Plenário do STJ).

Considerado isso, verifico que a irresignação recursal não merece prosperar.

No que diz respeito às teses da impossibilidade de nomeação de defensor dativo por conciliador, da necessidade de adiamento da audiência e acerca da validade do título, assim se manifestou o Tribunal de origem (e-STJ fls. 78/80):

Com efeito, o conciliador é auxiliar da justiça que, atuando nos juizados especiais criminais, poderá conduzir a conciliação sob a orientação do magistrado. É o que dispõe o artigo 73, da Lei n.º 9.099/1995:

“Art. 73. A conciliação será conduzida pelo Juiz ou por conciliador sob sua orientação.

Parágrafo único. Os conciliadores são auxiliares da Justiça, recrutados, na forma da lei local, preferentemente entre bacharéis em Direito, excluídos os que exerçam funções na administração da Justiça Criminal”.

É cediço, ainda, que, nesta audiência preliminar, devem as partes estar presentes, acompanhadas de seus respectivos advogados, sob pena de nulidade, sobretudo quando resulta em transação penal, ocorrida nesta hipótese.

Por tal razão, nos casos em que for inviável o acompanhamento pela Defensoria Pública, cabe a nomeação de defensor dativo para defender os interesses do réu incapacitado economicamente de constituir advogado.

Em consequência, conquanto o conciliador não possua poder decisório, a indicação do advogado dativo, a fim de evitar eventual nulidade por ausência de representante a acompanhar o réu na audiência de conciliação, foi feita sob a supervisão do magistrado de primeiro grau e prontamente por este ratificada (fls. 07), aproveitando e validando o referido ato processual, em nítida aplicação do princípio da instrumentalidade das formas.

Não há, portanto, qualquer prejuízo para o Estado do Ceará, considerando

que seria medida igualmente e necessariamente adotada pelo juiz monocrático.

Por outro lado, não se pode causar prejuízo ao profissional que efetivamente prestou o serviço para o qual fora nomeado, negando-lhe o percebimento aos respectivos honorários, na forma do artigo 22, § 1.º, do Estatuto da OAB.

2.3 Cumpre registrar, também, que é cabível a nomeação de advogado dativo, quando não há possibilidade de comparecimento de defensor público, ainda que por motivos de greve.

Nos termos da orientação do Superior Tribunal de Justiça:

“Se a paciente era defendida pela Defensoria Pública, exatamente por não possuir recursos para constituir advogado particular, a greve do órgão pode levar à nomeação de defensor dativo, não se exigindo que o processo ficasse paralisado até o fim do movimento grevista, tampouco que a paciente fosse previamente consultada sobre o interesse em constituir patrono de sua confiança”. (STJ - HC: 124429 MG 2008/0281668-0, Relator: Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, Data de Julgamento: 04/11/2010, T6 - SEXTA TURMA, Data de Publicação: DJe 29/11/2010).

Destarte, não havendo prejuízo processual para qualquer das partes, não há de se reconhecer nulidade na nomeação de advogado sem a intimação da defensoria.

A leitura das razões recursais demonstra que o recorrente não infirmou, de forma específica, os fundamentos suficientes destacados, utilizados pelo Tribunal de origem, no sentido de que: (a) o defensor dativo foi designado pelo conciliador regularmente nomeado pelo magistrado da Comarca de Uruburetama (e-STJ fl. 79); (b) não se mostra viável o adiamento de audiência por greve geral ou falta de aparelhamento da Defensoria Pública, bem como inexistiu prejuízo processual para qualquer das partes pela nomeação de defensor dativo (e-STJ fls. 79/80).

Assim, incide, na espécie, a Súmula 283/STF (“É inadmissível o recurso extraordinário, quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles”), por analogia.

Leia-se, a propósito, a seguinte ementa:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. APLICABILIDADE. EXECUÇÃO DE SENTENÇA. AUSÊNCIA DE COMBATE A FUNDAMENTOS AUTÔNOMOS DO ACÓRDÃO. APLICAÇÃO DO ÓBICE DA SÚMULA N. 283/STF. OPÇÃO PELO BENEFÍCIO MAIS VANTAJOSO CONCEDIDO ADMINISTRATIVAMENTE. EXECUÇÃO DAS PARCELAS DO BENEFÍCIO POSTULADO NA VIA JUDICIAL ATÉ A DATA DA IMPLANTAÇÃO ADMINISTRATIVA. SÚMULA 568/STJ. INCIDÊNCIA. ARGUMENTOS INSUFICIENTES PARA DESCONSTITUIR A DECISÃO ATACADA. HONORÁRIOS RECURSAIS. NÃO CABIMENTO. APLICAÇÃO DE MULTA. ART. 1.021, § 4º, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. DESCABIMENTO.

[...]

II - A falta de combate a fundamento suficiente para manter o acórdão recorrido justifica a aplicação, por analogia, da Súmula n. 283 do Supremo Tribunal Federal. [...]

VIII - Agravo Interno improvido. (AgInt no REsp 1.743.597/RS, Rel. Ministra REGINA HELENA COSTA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 23/08/2018, DJe 30/08/2018).

Por fim, em relação aos arts. 475-N, 741, V e 745, III e V, do CPC/1973, o recorrente aponta a necessidade de liquidação e citação do devedor para opor embargos. Aduz, ainda, que deve ser anulado o acórdão recorrido, determinando a prolação de outro que analise a razoabilidade do valor imposto a título de honorários.

Contudo, esses argumentos não foram analisados pela Corte de origem, que apenas afirmou que, "em respeito à coisa julgada, não é cabível, nestes autos de embargos à execução, o reexame do valor arbitrado a título de honorários advocatícios pelo magistrado de primeiro grau na sentença penal condenatória transitada em julgado".

Como é cediço, a admissibilidade do recurso na instância excepcional pressupõe que a Instância anterior tenha se manifestado sobre a tese jurídica apontada pelo recorrente, o que não se viu na espécie. Esse é o entendimento pretoriano consagrado na edição da Súmula 282 da Suprema Corte, *in verbis*: "É inadmissível o recurso extraordinário, quando não ventilada, na decisão recorrida, a questão federal suscitada."

Nesse sentido:

TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. DECISÃO PROFERIDA MONOCRATICAMENTE PELO RELATOR, COM BASE NO ART. 557, CAPUT, DO CPC. ALEGADA VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA COLEGIALIDADE. NÃO OCORRÊNCIA. BASE DE CÁLCULO DA MULTA POR LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ. ALEGADA AFRONTA AOS ARTS. 18, § 1º, 48, 258 E 473 DO CPC. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS 282 E 356 DO STF E 211 DO STJ. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

[...]

III. Nesse contexto, a pretensão recursal esbarra em vício formal intransponível, qual seja, da ausência de prequestionamento - requisito viabilizador da abertura desta instância especial -, atraindo o óbice da Súmula 282 do Supremo Tribunal Federal ("É inadmissível o recurso extraordinário, quando não ventilada, na decisão recorrida, a questão federal suscitada"), na espécie.

IV. Nos termos da jurisprudência desta Corte, para que se configure o prequestionamento, não basta que o recorrente devolva a questão controvertida para o Tribunal, em suas razões recursais. É necessário que a causa tenha sido decidida à luz da legislação federal indicada, bem como seja exercido juízo de valor sobre os dispositivos legais indicados e a tese recursal a eles vinculada, interpretando-se a sua aplicação, ou não, ao caso concreto.

V. Registra-se, ainda, que o entendimento da Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça é firme quanto à imprescindibilidade da oposição de Embargos Declaratórios, para fins de prequestionamento da matéria, mesmo quando a questão federal surja no julgado recorrido (STJ, EREsp 99.796/SP, Rel. Ministro EDUARDO RIBEIRO, DJU de 04/10/1999), não tendo sido opostos Declaratórios ao acórdão recorrido, no caso. No mesmo sentido: STJ, AgRg no Ag 1.034.497/SC, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, DJe de 02/08/2010; AgRg no REsp 929.340/CE, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 24/03/2009.

[...]

VII. Agravo Regimental improvido. (AgRg no REsp 1.451.000/SC, rel. Min. ASSUSETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, DJe 17/03/2016).

Por fim, resta prejudicada a análise da divergência jurisprudencial

Superior Tribunal de Justiça

quando a tese sustentada esbarra em óbice sumular quando do exame do recurso especial pela alínea "a" do permissivo constitucional (AgRg no AREsp 278.133/RJ, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, Primeira Turma, julgado em 16/09/2014, DJe 24/09/2014).

Ante o exposto, com base no art. 255, § 4º, I, do RISTJ, NÃO CONHEÇO do recurso especial.

Sem arbitramento de honorários sucumbenciais recursais (art. 85, § 11, do CPC/2015), em razão do disposto no Enunciado 7 do STJ.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRO GURGEL DE FARIA

Relator